

XLVIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO SGT Nº 3
“REGULAMENTOS TÉCNICOS E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE”
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE
ATA Nº 03/12

AGREGADO III

PROPOSTA DO BRASIL PARA ANÁLISE DE RISCO DE PRODUTOS

O artigo 2.2 do Acordo sobre Barreiras Técnicas da Organização Mundial do Comércio estabelece como objetivos legítimos à regulamentação técnica são, dentre outros, “os imperativos de segurança nacional, a prevenção de práticas enganosas, a proteção da saúde ou segurança humana, da saúde ou vida animal ou vegetal ou do meio ambiente. Ao avaliar tais riscos, os elementos pertinentes a serem levados em consideração são, *inter alia*, a informação técnica e científica disponível, a tecnologia de processamento conexa ou os usos finais a que se destinam os produtos”¹.

É desejável que, ao se apresentar um pedido de harmonização de um regulamento técnico no âmbito do Mercosul, fossem apresentadas aos Estados Partes todas as razões pelas quais aquele pleito se faz necessário. Um dos argumentos fundamentais é a análise do risco do produto para os temas relacionados à saúde e à segurança.

O risco do produto é definido neste guia como grau de severidade do dano (consequência) e a probabilidade de ocorrência da falha do produto, causado pelo seu uso. O grau de severidade (baixo, médio, alto ou extremo) do risco consiste na classificação de determinando objeto segundo a consequência da não conformidade para a saúde e segurança dos indivíduos e eventuais prejuízos ao meio ambiente.

Subir uma escada, por exemplo, pressupõe o risco de queda. Entretanto, quantas quedas são causadas por problemas com a escada? É importante, ao se avaliar o risco que uma escada representa ao usuário, uma avaliação quanto à influência de uma eventual falha em suas características constitutivas na ocorrência de um dano ao usuário.

Há muitos meios para se avaliar o risco de produtos, tais como, o nomograph e o método matricial do anexo D do Guia de Boas Práticas de Regulamentação do Conmetro. Entretanto, para fins de análise de risco no Mercosul, sugere-se aplicar os termos do *Risk Assessment Guidelines for Consumer Products*, contido na Decisão 2010/15/EU (*Commission Decision of 16 December 2009 laying down guidelines for the management of the Community Rapid Information System ‘RAPEX’ established under article 12 and of the notification*

¹ Texto *ipsis literis* do Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio.

*procedure established under article 11 of Directive 2001/95/EC (the General Product Safety Directive))*².

Com vistas a aplicar adequadamente o Guia supramencionado, indica-se o uso da plataforma Web da análise de risco da UE³. A página representa um passo-a-passo para o cálculo do risco do produto de acordo com o Guia, em português e em espanhol, permitindo salvar e imprimir as análises realizadas.

² <http://europa.eu/sanco/rag/help/Journal.pdf>

³ <http://europa.eu/sanco/rag/public/index.cfm?event=home&CFID=2457308&CFTOKEN=4e70d8b0655bf9f4-CF7ABEBB-CB0C-764E-DDF3AC0A5FDA450B&jsessionid=220226d208915c435381TR>